



Swiss Re Brasil Resseguros S.A.
CNPJ/MF nº 15.047.380/0001-97

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,
Em atendimento aos dispositivos legais vigentes, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Swiss Re Brasil Resseguros S.A. ("Resseguradora" ou "Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos, Parecer dos Auditores Atuariais Independentes e do Relatório do Auditor Contábil Independente.

Contexto Institucional
A Resseguradora faz parte do grupo Swiss Re, empresa líder no mercado de resseguro com forte solidez financeira, fundada em Zurique, na Suíça, em 1863, e hoje conta com operações em diversos países e aproximadamente 14.400 colaboradores que contribuem para o sucesso do grupo Swiss Re. Com mais de 160 anos de experiência, aplicamos novas perspectivas, conhecimento e capital, antecipando e gerenciando riscos, criando soluções inteligentes para nossos clientes.

As operações da Resseguradora local no Brasil iniciaram-se no ano de 2012, e, desde então, foi ampliada a presença da Companhia, associando o alto padrão de excelência do grupo Swiss Re ao profundo conhecimento técnico. Atualmente a Companhia tem o suporte de 65 colaboradores, alocados no escritório situado na cidade de São Paulo, impulsionados, especialmente, pela integridade, foco no cliente, agilidade, espírito de equipe e paixão pelo desempenho.

Nosso propósito
Nosso propósito é tornar o mundo mais resiliente, entregando proteção de alto nível aos nossos clientes.

Estratégia de negócios
Somos uma companhia de resseguros que oferece soluções para os mais diversos segmentos. Nossa inovação, solidez financeira, alta capacidade técnica em subscrição de riscos e excelência no atendimento permitem que nossos clientes atuem com segurança em um ambiente de negócios

sempre desafiador. Além disso, orientamos permanentemente nossos clientes, buscando antecipar as tendências de riscos que possam impactar o cenário em que estão expostos. Nosso portfólio está bem-posicionado para o crescimento futuro, apoiado por uma equipe altamente experiente, nos tornando um importante parceiro no fornecimento de soluções adequadas aos nossos clientes.

Nosso modelo de atendimento ao sinistro faz toda a diferença. Na Swiss Re, os sinistros são gerenciados de forma proativa, transparente e com os melhores serviços de atendimento e regulação em cada segmento.

Também oferecemos soluções de gerenciamento de capital, permitindo benefícios como: proteção do balanço patrimonial, redução da necessidade de capital para expansão dos negócios, otimização do retorno sobre o capital e flexibilização no pagamento de dividendos.

Desempenho
Os prêmios emitidos líquidos de comissão totalizaram no exercício R\$ 1.387 milhões, um aumento de 32,8%, se comparado a R\$ 1.044 milhões em dezembro de 2024, sendo as principais linhas de negócio patrimonial, pessoas coletivo, rural e saúde.

Os sinistros ocorridos, brutos de retrocessão, reportados em 2025 somaram um total de R\$ 970,1 milhões (R\$ 798,2 milhões em 31 de dezembro de 2024). A estrutura de retrocessão dos riscos provou-se eficiente, limitando os sinistros retidos na Companhia em R\$ 452,7 milhões em dezembro de 2025 (R\$ 417,0 milhões em dezembro de 2024).

O resultado financeiro no exercício de 2025 foi de R\$ 147,2 milhões, apresentando incremento frente ao resultado de 2024, que foi de R\$ 114,5 milhões, decorrente principalmente do maior valor de recursos aplicados.

Encerramos o exercício de 2025 com lucro líquido de R\$ 94,4 milhões, valor superior ao apurado no mesmo período de 2024 de R\$ 32,4 milhões. A destinação do lucro será submetida à aprovação na Assembleia Geral e seguirá o Estatuto da empresa que prevê a retenção para formação da reserva

legal, constituição de reservas para contingências, remuneração aos acionistas e retenção de reserva de lucro.

Durante o exercício, conseguimos nos destacar em decorrência do fortalecimento da relação com nossos colaboradores e clientes. Nossa liquidez e solvência financeira estão dentro dos limites requeridos pelo regulador, mantendo-nos um parceiro próximo e confiável.

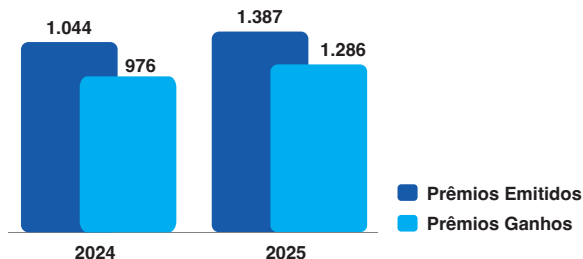
Em atendimento à Circular SUSEP nº 666 de 07/2022, a Resseguradora divulgou seu relatório de sustentabilidade disponível no site local <https://www.swissre.com/brasil/sustentabilidade.html>. Sendo parte do grupo Swiss Re, a política de equidade adotada no Brasil segue as diretrizes internacionais, disponíveis no site <https://www.swissre.com/about-us/inclusive-culture-in-Swiss-Re/gender-balance.html>. A diretoria estatutária da Companhia passou a contar com 50% de mulheres em dezembro de 2025, ante 33% em 2024. Considerando o quadro total de colaboradores, 59% da força de trabalho era composta por mulheres em dezembro de 2025, e 55% da remuneração total foi destinada a esse grupo. Em 2024, mulheres representavam 62% do quadro e recebiam 46% da remuneração global.

A KPMG Auditores Independentes Ltda. presta serviços de auditoria de forma global para a Swiss Re e os honorários dos auditores independentes praticados são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Swiss Re Reinsurance Company Ltd.

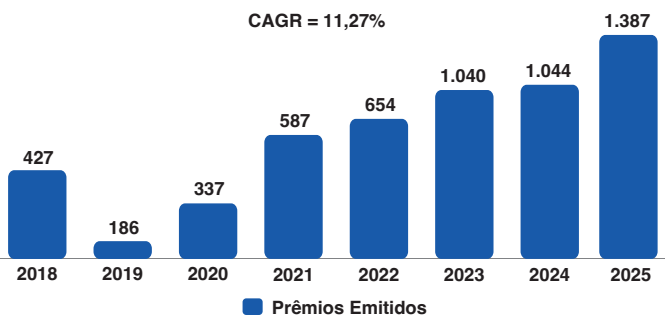
Agradecimentos
Agradecemos aos nossos clientes e acionistas pelo apoio e confiança que depositam em nossa administração, aos fornecedores pelo suporte fundamental que nos proveem, às seguradoras, corretoras e retrocessionárias pelo constante apoio técnico, experiência e visão global dos negócios e aos nossos colaboradores pelo indispensável comprometimento e empenho no desenvolvimento contínuo da Resseguradora.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026.

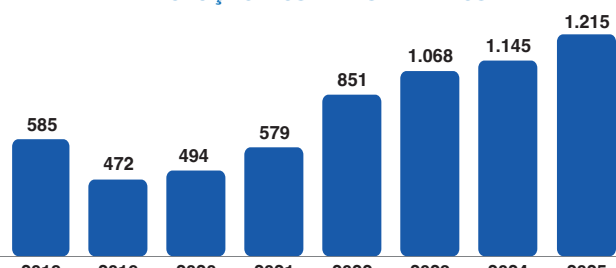
PRÊMIOS EMITIDOS x PRÊMIOS GANHOS



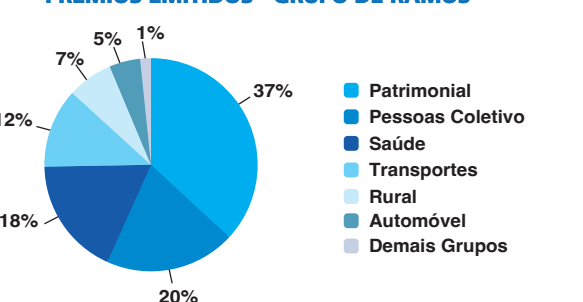
TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO



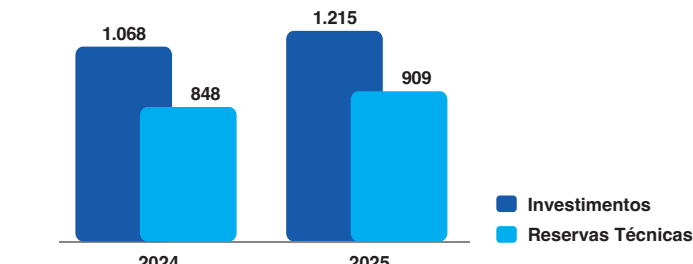
EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS



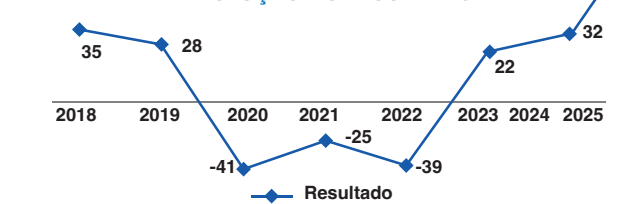
PRÊMIOS EMITIDOS - GRUPO DE RAMOS



COBERTURA DAS RESERVAS TÉCNICAS



EVOLUÇÃO DO RESULTADO



Rating	Standard & Poor's	Moody's	A.M. Best
	AA- Estável	Aa3 Estável	A+ Estável

Balço Patrimonial Em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024		2025	2024
Ativo			Passivo		
Circulante	2.469.195	1.808.159	Circulante	2.842.890	2.283.101
Disponível e valores em trânsito	910	810	Contas a pagar	32.280	36.129
Caixa e equivalentes de caixa	910	810	Obrigações a pagar (Nota 15)	26.145	30.439
Aplicações (Nota 5(a))	361.779	239.976	Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 14.2)	2.138	1.934
Créditos das operações com seguros e resseguros	552.331	696.082	Encargos trabalhistas (Nota 16)	2.090	1.790
Operações com seguradoras (Nota 6(a))	832.577	605.694	Empréstimos	4	-
Operações com resseguradoras (Nota 6(b))	119.754	90.388	Impostos e contribuições (Nota 17)	1.591	1.698
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas (Nota 7(a))	1.121.851	848.674	Outras contas a pagar	312	268
Títulos e créditos a receber	17.299	8.547	Débitos de operações com seguros e resseguros	725.645	483.339
Títulos e créditos a receber	21	33	Operações com resseguradoras (Nota 10)	705.199	467.515
Créditos tributários e previdenciários (Nota 14.1)	17.059	8.371	Corretores de seguros e resseguros (Nota 11)	22.162	15.720
Outros créditos	219	143	Outros débitos operacionais	(1.716)	104
Despesas antecipadas (Nota 8)	9	2.190	Depósitos de terceiros (Nota 12)	39.315	25.918
Custos de aquisição diferidos (Notas 3.10.2 e 9)	15.016	11.880	Provisões técnicas (Nota 19)	2.036.717	1.732.214
Não circulante	916.352	913.220	Outros débitos (Nota 17)	8.933	5.501
Realizável a longo prazo	915.305	911.656	Não circulante	30.182	31.292
Aplicações (Nota 5 (a))	853.500	904.717	Provisões técnicas (Nota 19)	30.182	31.292
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas (Nota 7(a))	2.455	3.967	Patrimônio Líquido	512.475	406.986
Custos de aquisição diferidos (Notas 3.10.2 e 9)	2.816	2.662	Capital social (Nota 21.1)	472.417	472.417
Títulos e créditos a receber (Nota 14.2)	56.397	-	Ajuste de avaliação patrimonial	(10.064)	(41.201)
Outros valores e bens	137	310	Reserva legal	3.506	-
Investimentos	50	50	Lucros/(prejuízos) acumulados	46.616	(24.230)
Obras de arte	50	50	Total do passivo e patrimônio líquido	3.385.547	2.721.379
Imobilizado	997	1.514			
Bens móveis	997	1.514			
Total do ativo	3.385.547	2.721.379			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Prêmios emitidos (Nota 4.1)	1.386.968	1.044.030
Variações das provisões técnicas	(101.460)	(68.135)
Prêmios ganhos (Notas 23 e 24 (a))	1.285.508	975.895
Sinistros ocorridos (Nota 24 (b))	(970.149)	(798.218)
Custos de aquisição (Nota 24 (c))	(36.120)	(25.760)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 24 (e))	(24.950)	(25.993)
Resultado com retrocessão (Nota 24 (d))	(205.789)	(73.187)
Despesas administrativas (Nota 24 (f))	(90.267)	(74.740)
Despesas com tributos (Nota 24 (g))	(49.308)	(44.006)
Resultado financeiro (Nota 24 (h))	147.246	114.535
Receitas financeiras	173.123	200.133
Despesas financeiras	(25.877)	(85.598)
Resultado operacional	56.171	48.526
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	-	(1)
Resultado antes dos impostos e participações	56.171	48.525
Imposto de renda (Nota 13)	25.300	(8.557)
Contribuição social (Nota 13)	15.078	(5.279)
Participações sobre o resultado	(2.197)	(2.245)
Lucro líquido do exercício	94.352	32.444
Quantidade de ações	472.416.906	472.416.906
Lucro por ação	0,20	0,069

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva legal	Ajuste TVM	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	472.417	-	7.038	(56.674)	422.781
Títulos e valores mobiliários	-	-	(48.239)	-	(48.239)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	32.444	32.444
Saldos em 31 de dezembro de 2024	472.417	-	(41.201)	(24.230)	406.986
Títulos e valores mobiliários	-	-	31.137	-	31.137
Lucro líquido do exercício	-	-	-	94.352	94.352
Reserva legal	-	3.506	-	(3.506)	-
Juros sobre capital próprio pagos aprovados em AGE de 19/11/2025	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	472.417	3.506	(10.064)	46.616	512.475

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente Em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	94.352	32.444
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens a serem posteriormente registrados em resultado		
Variação dos ajustes com títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Nota 5 (c))	24.428	(52.932)
Efeitos tributários sobre outros componentes do resultado abrangente	6.709	4.693
Resultado abrangente do exercício	125.489	(15.795)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro

1 **Contexto operacional**
A Swiss Re Brasil Resseguros S.A. ("Resseguradora" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Swiss Reinsurance Company Ltd. e pela Swiss Re Reinsurance Holding Company Ltd., autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar na condição de Ressegurador Local nos segmentos patrimonial, riscos especiais, responsabilidades, automóvel, transportes, riscos financeiros, pessoas coletivo, habitacional, rural, marítimos, aeronáuticos, petróleo e saúde, operando em todo território brasileiro.

Em consonância com os dispositivos legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que foram aprovadas pela Diretoria da Resseguradora em 25 de fevereiro de 2026.

2 **Políticas contábeis materiais**
As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente, para todos os períodos comparativos, exceto quando indicado o contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Resseguradora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovados pelo órgão regulador e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis individuais estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648 de 11/2021 e alterações posteriores, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Resseguradora atua ("moeda funcional"), expresso em Reais (R\$). Todas as transações, os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que ocorrem. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas no resultado do exercício. **2.3 Segregação circulante e não circulante:** A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante e não circulante a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar adequadamente os ativos e passivos de acordo com a expectativa de realização, mantendo no não circulante os montantes cuja expectativa de realização ultrapasse o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base, de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 26. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A Companhia se utiliza de fontes de informações internas e externas disponíveis - incluindo experiências passadas e indicadores relevantes - para embasar as decisões da administração e dos atuariários acerca das estimativas. Essas informações são fundamentais para a definição das premissas e para apresentar as estimativas mais precisas possíveis. Parte dessas estimativas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos, como resultado da necessidade de avaliação sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e (ii) informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Notas 3.6, 7, 19 e 22 - Provisões técnicas e realização do teste de adequação dos passivos; • Notas 3.9 e 17 - Imposto de renda e contribuição social diferido; • Nota 5 - Aplicações financeiras; • Nota 6 - Operações com seguradoras e resseguradoras; • Nota 14 - Créditos tributários e previdenciários; e • Nota 18 -

3 **Processos judiciais e administrativos. 2.5 Novas normas, alterações e interpretações ainda não adotadas:** Resolução CNSP nº 471: Dispõe sobre a autoavaliação de risco e solvência - ORSA e a gestão de capital no âmbito das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar - EAFCs, sociedades de capitalização e resseguradores locais. A Companhia iniciou os trabalhos para implementação da Resolução CNSP nº 471 ao longo de 2025, focando inicialmente na definição de papéis e responsabilidades, assim como na elaboração de uma primeira versão da política requerida pelo normativo. Parte desta norma entrou em vigor em 31 de dezembro de 2025 (parcial) e o restante entrará em 31 de dezembro de 2026. Resolução CNSP nº 476: Dispõe sobre a política de remuneração das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar - EAFCs, sociedades de capitalização e resseguradores locais. A Companhia está trabalhando na análise e atendimento da Resolução CNSP nº 476 de 2024 a ser entregue dentro dos prazos estabelecidos pelo normativo. Parte desta norma entrou em vigor em 02 de janeiro de 2026 (parcial) e o restante entrará em 04 de janeiro de 2027.

3 **Apresentação das demonstrações financeiras**
3.1 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o numerário disponível em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos em até três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.
3.2 Aplicações e ativos financeiros: **3.2.1 Classificação e mensuração:** A Resseguradora realiza a classificação de seus ativos financeiros de acordo com as definições do CPC 48 - Instrumentos financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio, e as características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos, mediante a avaliação se o ativo apresenta características de pagamento apenas de principal e juros, também conhecido como teste de SPPI (Solely Payment of Principal and Interest). Conforme tais definições temos as seguintes categorias de classificação dos ativos financeiros: (i) custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A administração determina o modelo de negócios e a classificação de seus ativos financeiros em seu reconhecimento inicial. (i) Custo amortizado: Esta categoria é definida pelos ativos financeiros mantidos com a finalidade de receber fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Atualmente a Resseguradora não possui nenhum ativo classificado nessa categoria. (ii) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): São classificados nesta categoria os ativos financeiros mantidos tanto para recebimento de fluxos de caixa contratuais, sendo constituídos de pagamentos de principal e juros, como para a venda. Contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que não sejam perdidos por redução ao valor recuperável, são reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados dentro do patrimônio líquido (deduzido os seus efeitos tributários), até que o investimento seja vendido ou chegue ao vencimento, quando o saldo de reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado. Os juros calculados pela taxa efetiva, devem ser registrados no resultado e o efeito da marcação a mercado do instrumento deve ser registrado diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. (iii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR): Todos os ativos financeiros que não atenderem aos critérios de classificação mensurados como "Custo amortizado" ou "Mensuração a valor justo por meio de outros resultados abrangentes", são classificados como "Mensuração a valor justo por meio do resultado". As cotas de fundos de investimentos, por serem um ativo que naturalmente não atende os critérios SPPI, são classificados como VJR. (iv) Passivos financeiros: Trata-se de quaisquer passivos que sejam considerados uma obrigação contratual de entregar caixa ou quaisquer outros ativos financeiros, ou ainda, de trocar ativos ou passivos sob condições desfavoráveis, bem como, um contrato que poderá ser liquidado com instrumentos patrimoniais da própria Companhia. **3.2.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Resseguradora avalia ao final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto Em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	94.352	32.444
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	519	966
Perda na alienação de imobilizado	-	1
Créditos das operações de seguros e resseguros	(149.367)	(55.937)
Custo de aquisição diferido	36.120	25.760
Ativos de resseguro - provisões técnicas	(317.767)	(401.744)
Variação das provisões técnicas	332.271	133.656
Juros, atualização monetária e oscilação cambial	(147.246)	(114.535)
Efeito variação taxa de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	3.922	(3.398)
Participação sobre os lucros	2.197	2.245
Tributos diferidos	(40.378)	13.836
Variação nas contas patrimoniais:	218.698	377.369
Ativos financeiros	99.596	(10.507)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(94.144)	7.968
Custo de aquisição diferido	(39.410)	(28.554)
Ativos de resseguro	378.943	259.125
Créditos fiscais e previdenciários	(64.504)	4.275
Outros ativos	(563)	5.570
Despesas antecipadas	2.181	2
Impostos e contribuições	45.254	(6.736)
Outras contas a pagar	(5.941)	(8.189)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(90.536)	(14.938)
Depósitos de terceiros	13.396	16.248
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(28.877)	153.262
Provisões judiciais	-	(1.218)
Outros passivos	3.303	1.161
		

→ continuação



Swiss Re Brasil Resseguros S.A.

CNPJ/MF nº 15.047.380/0001-97

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ativos (um "evento de perda"), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. A carteira de ativos financeiros da Resseguradora é composta por títulos públicos federais, tais títulos são considerados de baixo risco de crédito (risco soberano), sendo o risco de *Default* nos próximos 12 meses igual a 0 (zero), baseado nos dados históricos da economia brasileira. **3.3 Recebíveis:** Os recebíveis são ativos não financeiros e são incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Resseguradora compreendem "Prêmios a receber", "Créditos das operações", "Contas a receber" e "Demais contas a receber". **3.3.1 Redução ao valor recuperável de recebíveis:** A metodologia de redução ao valor recuperável da Resseguradora consiste basicamente em três diferentes vertentes que são: Aspectos qualitativos: (a) Provisonamento de saldos de créditos a receber quando análises sobre a saúde financeira da companhia que mede alguns fatores como: suficiência perante Capital Mínimo Requerido, cobertura das provisões técnicas e, análise da estrutura societária da entidade, apresentarem índices/resultados abaixo daqueles considerados adequados por esta Resseguradora, ou (b) Provisonamento de saldos de créditos a receber com as empresas sob liquidação imposta pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP; ou ainda; (c) aspecto quantitativo: Provisonamento de saldos de créditos a receber vencidos superiores a dois anos, dentro de seus critérios de análise, mesmo que nenhum dos itens (a) ou (b) acima sejam atendidos, e cedentes em recuperação judicial, casos em que a Resseguradora provisiona a totalidade dos valores a receber. Caso seja necessário constituir uma provisão, ela será registrada em uma conta redutora do ativo. **3.4 Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio corresponde a móveis e equipamentos e são reconhecidos pelo custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas quando aplicável. A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme as seguintes taxas anuais: móveis e utensílios de 10% e equipamentos de 20%. **3.5 Impairment de ativos não financeiros:** A Resseguradora avalia ao final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo não financeiro ou grupo de ativos não financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos não financeiros está deteriorado e os prejuízos pela mudança do valor recuperável são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo não financeiro ou grupo de ativos não financeiros que podem ser estimados de maneira confiável. **3.6 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciários: 3.6.1 Ativos e passivos contingentes:** Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade da realização, ou seja, quando a realização da receita for julgada praticamente certa em caráter definitivo a favor da Resseguradora. Passivos contingentes conforme o CPC 25, referem-se a obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e dependentes da ocorrência de eventos futuros para a confirmação ou não de sua existência. São classificados como: (i) perdas prováveis, onde são constituídas provisões; (ii) perdas possíveis, onde são divulgadas, quando relevantes, sem que sejam provisionadas e (iii) perdas remotas, onde não requerem provisão e divulgação. Estas classificações serão avaliadas por consultores jurídicos e revisadas periodicamente pela administração da Resseguradora quando da existência de passivos contingentes. Os valores serão baseados nas notificações dos processos administrativos ou judiciais e atualizados mensalmente. **3.6.2 Obrigações legais:** Relativas às obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade foi objeto de contestação judicial e são reconhecidas pelo valor integral em discussão e permanecem registradas até a fase de trânsito em julgado. **3.7 Provisões técnicas - resseguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **3.7.1 Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG):** É constituída pela parcela dos prêmios correspondentes aos períodos e riscos não decorridos dos contratos. O cálculo da PPNG é definido de acordo com as informações disponíveis e por tipo de contrato, seguindo as orientações da SUSEP ao mercado sobre provisões técnicas de resseguradores locais. Contratos facultativos: O cálculo da PPNG para os contratos facultativos consiste no diferimento linear do prêmio de resseguro até o final da vigência do risco. Contratos proporcionais: O cálculo da PPNG para os contratos proporcionais do tipo *Risk Attaching* consiste no diferimento linear do prêmio de resseguro emitido em cada mês pelo prazo de vigência padrão das apólices. O cálculo da PPNG para os contratos proporcionais do tipo *Loss Occurring* consiste no diferimento do prêmio de acordo com as características do contrato e das apólices cobertas de modo que o prêmio seja ganho de forma homogênea durante a vigência do contrato. A base do cálculo é o prêmio a ser apropriado durante o contrato de resseguro referente a todos os riscos, inclusive os emitidos antes do início de vigência do contrato. O cálculo abrange qualquer risco vigente no período do contrato. No instante inicial do contrato, por exemplo, o prêmio emitido é igual à estimativa da parcela de prêmio referente a todas as apólices iniciadas antes do contrato e que possuem ainda prêmios a apropriar durante o contrato. Contratos não proporcionais: O cálculo da PPNG para os contratos não proporcionais do tipo *Risk Attaching* consiste no diferimento do prêmio de acordo com as características do contrato. O cálculo da PPNG para os contratos não proporcionais do tipo *Loss Occurring* é baseado no diferimento linear do prêmio de resseguro emitido até o final da vigência do risco, nesse caso pelo prazo de vigência do contrato. **3.7.2 Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE):** Para todos os grupos operacionalizados pela Resseguradora, o cálculo da PPNG-RVNE é realizado a partir da metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial, que consiste em alinhar os valores dos prêmios de resseguro emitidos em atraso, segundo a data de início de vigência e posteriormente aplicar o cálculo pro-rata dia, segundo o tipo de contrato e base de cessão. **3.7.3 Provisão de Sinistro a Liquidar (PSL):** A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores a liquidar relativos a sinistros avisados até a data-base de cálculo, brutos das operações de retrocessão. A Nota Técnica Atuarial da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) da Resseguradora apresenta uma metodologia estatístico-atuarial voltada à mensuração da necessidade de ajuste da reserva IBNR (*Incurred But Not Enough Reported*) - Sinistros ocorridos, mas não suficientemente avisados. Essa abordagem considera o desenvolvimento agregado dos sinistros reportados e ainda pendentes de pagamento, cujos valores estão sujeitos a revisões ao longo do processo de regulação até sua efetiva liquidação. Processos Administrativos - Constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data-base de cálculo, considerando indenizações e respectivas despesas. É constituída pela estimativa do valor a indenizar com base nos avisos de sinistros recebidos das sociedades seguradoras ou retrocessionárias e ajustada periodicamente, com base nas análises efetuadas pelas áreas operacionais. Para os fechamentos de 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não foram identificadas a existência de processos civis relacionados a sinistros em demanda judicial. **3.7.4 Provisão para Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR):** O cálculo desta provisão visa à cobertura do valor esperado dos sinistros ocorridos e ainda não avisados, até a data-base de cálculo, considerando apenas os valores das indenizações, de acordo com a responsabilidade já assumida pela Resseguradora. A IBNR é constituída por segmento de negócio e a metodologia de cálculo aplicada, a qual se encontra descrita em Nota Técnica Atuarial, é baseada em critérios "estatístico-atuarial", adotando-se método da Sinistralidade Inicial Esperada ("SIE"), do Desenvolvimento de Sinistros e de Bornhuetter-Ferguson ("BF"). O método da sinistralidade inicial esperada projeta o sinistro final através da multiplicação da sinistralidade inicial esperada pelo prêmio ganho. A sinistralidade inicial esperada por contrato foi estimada com base em premissas próprias de proclinação ou a partir da sinistralidade histórica de cada segmento. O método do Desenvolvimento de Sinistros utiliza-se da sinistralidade esperada de sinistros incorridos de forma a determinar padrões esperados de desenvolvimento de sinistros para determinar a estimativa de sinistros finais. O método de Bornhuetter-Ferguson utiliza dados de sinistros incorridos, além de um padrão esperado de desenvolvimento de sinistros, combinados com a expectativa de sinistralidade inicial esperada, para determinar a estimativa de sinistro final. **3.7.5 Provisão de Despesas Relacionadas (PDR):** A Resseguradora deve adotar a Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) para a cobertura dos valores esperados relativos às despesas relacionadas a sinistros. A provisão deverá ser constituída no momento em que a despesa for notificada à Resseguradora. **3.7.6 Outras Provisões - Provisão de Excedente Técnico (PET):** É constituída para garantir a destinação de excedentes decorrentes de superávit técnico e é calculada de acordo com os critérios estabelecidos em cláusula específica nos contratos de resseguro que tenham previsão para participação da cedente nos lucros dos contratos e/ou comissão variável em função da sinistralidade. **3.8 Teste de Adequação de Passivo (TAP):** Conforme Circular SUSEP nº 648/2021, que instituiu o Teste de Adequação de Passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a Resseguradora deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de resseguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, as quais possuem regras de cálculos que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. Nesse caso, a Companhia deverá recalculá-lo o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente. O TAP foi elaborado bruto de retrocessão e, para a sua realização, a Resseguradora considerou a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP nº 648/2021, ou seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos e, posteriormente, entre Seguros de Danos e Seguros de Pessoas e, por fim, entre Prêmios Registrados de PPNG e Prêmios Não Registrados de PPNG. Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se a estimativa de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data base de 31 de dezembro de 2025, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros, e o uso de algoritmos genéricos, em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não-linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. As taxas de sinistralidade aplicadas ao Teste de Adequação de Passivos de 31 de dezembro de 2025 foram, em média, as seguintes:

Grupo de Ramos	Nome	2025
1	Patrimonial	55,34%
3	Responsabilidades	46,34%
5	Automóvel	78,14%
6	Transportes	64,57%
7	Riscos Financeiros	32,28%
9	Pessoas Coletivo	87,49%
11	Rural	56,12%
14	Marítimos	61,26%
15	Aeronáuticos	60,00%
19	Saúde	53,36%

Abaixo resultado do TAP agrupado por grupo de ramos:

Resumo do Teste de adequação de passivos - Eventos ocorridos:

Grupo de Ramos	Provisões constituídas	Fluxo de caixa estimado	Suficiência
Patrimonial	535.577	443.475	92.102
Riscos Especiais	317	277	40
Responsabilidades	76.581	61.236	15.345
Automóvel	47.789	37.049	10.741
Transportes	60.686	51.888	8.798
Riscos Financeiros	77.501	55.875	21.626
Rural	139.608	104.425	35.183
Marítimos	29.830	24.256	5.574
Aeronáuticos	83.519	72.866	10.653
Pessoas Coletivo e Habitacional	247.663	208.033	39.630
Saúde	64.793	55.264	9.529
Total	1.363.865	1.114.645	249.220

Resumo do Teste de adequação de passivos - Eventos a ocorrer (registrados):

Grupo de Ramos	Provisões constituídas	Fluxo de caixa estimado	Suficiência
Patrimonial	256.619	131.522	127.097
Responsabilidades	9.112	5.089	4.022
Automóvel	3.320	2.834	486
Transportes	50.398	30.007	20.391
Riscos Financeiros	4.789	2.094	2.695
Rural	93.388	45.023	48.365
Marítimos	6.561	3.853	2.708
Aeronáuticos	30.477	18.520	11.957
Pessoas Coletivo e Habitacional	81.352	64.998	16.354
Saúde	102.563	49.556	53.007
Total	640.579	353.495	287.084

Resumo do Teste de adequação de passivos - Eventos a ocorrer (não registrados):

Grupo de Ramos	Receitas futuras estimadas do fluxo de caixa	Despesas futuras estimadas do fluxo de caixa	Suficiência
Patrimonial	12.012	(6.649)	5.363
Automóvel	140	(104)	36
Transportes	7.738	(5.041)	2.697
Rural	169	(90)	79
Aeronáuticos	6.061	(3.591)	2.470
Pessoas Coletivo e Habitacional	4.826	(5.966)	860
Saúde	4.967	(1.979)	2.988
Total	37.913	(23.420)	14.493

Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Resseguradora de 31 de dezembro de 2025, concluiu-se que o seu passivo por contrato de resseguro está adequado para os Grupos de Eventos a Ocorrer e de Eventos Ocorridos, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/2021. **3.9 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):** A Resseguradora está sujeita ao imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido que são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. Em 31 de dezembro de 2025 a Resseguradora apurou lucro real e base de cálculo para pagamento de imposto de renda e contribuição social, e realizou seus recolhimentos com base na sistemática de antecipações mensais do lucro real anual. A Companhia promoveu a ativação de seus créditos tributários (ativo fiscal diferido) sobre o estoque de prejuízos fiscais/base negativa e diferenças temporárias, conforme os requisitos da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, no exercício de 2025, porquanto atingidos todos os pré-requisitos necessários para tal reconhecimento. A composição do crédito tributário registrado na data-base de 31 de dezembro de 2025 está demonstrada na Nota 14.2. As constituições dos créditos tributários oriundos de diferenças temporárias e prejuízos fiscais/base negativa estão fundamentadas em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias. Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigorará em cada exercício futuro para analisar a realização do ativo de imposto diferido. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros, o que permitirá a realização destes créditos nos próximos anos. Os valores estão demonstrados na nota 14.2. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para o COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **3.10 Apuração do resultado: 3.10.1 Reconhecimento de prêmio emitido de contratos de resseguro:** Os prêmios de resseguro são reconhecidos a partir da sua aceitação e correspondente emissão dos contratos, com base nos volumes de prêmios estimados e/ou auferidos pelas cedentes. A apropriação dos prêmios de resseguro, prêmios cedidos em retrocessão e comissões no resultado é de acordo com o prazo de vigência e base de cessão dos contratos de resseguro, ao longo do período de risco. Os contratos proporcionais reconhecem inicialmente os prêmios e comissões de forma estimada (*Estimated Premium Income - EPI*), e com base nas prestações de contas enviadas por parte das cedentes, a Resseguradora reverte o prêmio e a comissão estimada e reconhece o prêmio e a comissão efetiva, correspondente àquela prestação de contas, seguindo o prazo acordado entre as partes. Essas prestações de contas permitem a compensação dos valores devidos pelas cedentes à resseguradora (prêmios) com os valores a pagar pela resseguradora pelos sinistros ocorridos com essas cedentes, desde que informados na mesma prestação de contas. Com o objetivo de acompanhar os prêmios registrados, a Resseguradora realiza estudo periódico que avalia os prêmios efetivos vis a vis os valores estimados. Os contratos não proporcionais possuem um prêmio mínimo (prêmios efetivos), o qual pode ser ajustado posteriormente através da revisão da relação entre a performance esperada da cedente no momento da contratação e a performance efetiva do contrato. Os contratos facultativos são destinados para coberturas negociadas individualmente entre as cedentes e a resseguradora, assim, o prêmio emitido é acordado entre as partes para a cobertura do período de vigência do risco e da parcela aceita pela resseguradora. **3.10.2 Comissões:** De acordo com as

práticas contábeis adotadas no Brasil e aspectos regulatórios do setor, somente as comissões e certos custos originados de contratos são diferidos de acordo com o prazo de vigência e base de cessão. As despesas de comercialização são registradas quando da emissão dos contratos e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento da comissão de resseguros cedidos será realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de resseguro. O custo de aquisição diferido trata-se de custos incorridos atrelados a obrigação junto a corretores de resseguro, que são envolvidos no processo de aceitação de riscos por parte desta Resseguradora. **3.10.3 Sinistros:** Os sinistros são refletidos no resultado a partir do momento em que a Resseguradora é informada pelas cedentes. O valor de sinistro é registrado pela Resseguradora conforme sua participação descrita em contrato.

4 Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos tem como objetivo agregar valor à Companhia, buscando mitigar impactos financeiros decorrentes de eventos adversos inerentes ao negócio, ao mesmo tempo que promove o uso eficiente dos recursos disponíveis, em conformidade com as normas locais. A Estrutura de Gestão de Riscos da Swiss Re Brasil Resseguros S.A. conforme definida na Resolução CNSP nº 416/2021, adota um modelo triangular de gestão, composto pelo "proprietário do risco", o "tomador do risco" e o "gestor do risco". Essa abordagem assegura que as decisões estejam adequadamente suportadas por diferentes perspectivas quanto ao risco em questão. Complementarmente a governança da gestão de riscos corporativos e seus controles internos seguem integralmente o modelo de "Três Linhas", conforme diretrizes do IIA (*The Institute of Internal Auditors*) sustentado por uma cultura organizacional transparente e colaborativa. Essa estrutura baseia-se na confiança mútua entre as unidades de negócio e as unidades de gestão de riscos e controles, permitindo a identificação de eventos relacionados a potenciais fontes de perdas e a mitigação de seus impactos nos processos e objetivos estratégicos da Companhia. A aplicação dessa estrutura é suportada pela Unidade de Gestão de Riscos (internamente denominado "Risk Management"), que atua em conjunto com as demais funções da 2ª e 3ª linhas (Controles Internos, Compliance e Auditoria Interna), oferecendo suporte à 1ª linha na identificação, avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos inerentes às atividades da Companhia. Cabe ressaltar que no primeiro semestre do ano foi concluído o processo de unificação da Estrutura de Gestão de Riscos e do Sistema de Controles Internos entre as empresas do mesmo grupo prudencial, conforme possibilidade conferida pela Resolução CNSP nº 416/2021, sendo a Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A., supervisionada líder do grupo prudencial, a responsável por constituir as estruturas e desempenhar as atribuições previstas na resolução de forma centralizada. Um dos principais riscos monitorados está relacionado à aderência regulatória e, nesse aspecto, ressaltamos que a Companhia emitiu seu primeiro relatório de Sustentabilidade conforme a exigência da Circular SUSEP nº 666/2022, bem como tem projetos em andamento para adequação de seus documentos e processos à nova Lei 15.040/2024 ("Lei de Seguros") e para cumprimento da Resolução CNSP nº 471/2024 (ORSA) e da Resolução CNSP nº 476/2024 (remuneração). **4.1 Gestão de risco de resseguro:** A Resseguradora oferece, no mercado segurador brasileiro, coberturas de resseguros para as carteiras de Responsabilidade Civil, Patrimonial, Riscos de Engenharia, Riscos Financeiros, Garantia, Transportes, Agrícola, Automóveis, Habitacional, Pessoas (Vida Coletivo e Acidentes Pessoais), Marítimos, Aeronáuticos, Petróleo e Saúde nas modalidades de contratos automáticos e facultativos. Nossos canais de distribuição compreendem a intermediação por meio de corretores de resseguros, bem como de forma direta com seguradoras e resseguradoras. **4.1.1 Concentração de Riscos:** Segue abaixo a concentração de risco aberto por ramo:

Valores dos prêmios brutos de retrocessão:

Grupo de Ramos	Nome	Dezembro 2025	Dezembro 2024
1	Patrimonial	511.468	388.000
2	Riscos Especiais	8.372	6.029
3	Responsabilidades	-	21.815
5	Automóvel	(7.899)	47.320
6	Transportes	95.945	65.329
7	Riscos Financeiros	3.020	(16.737)
9	Pessoas Coletivo	249.614	265.048
10	Habitacional	2.933	3.360
11	Rural	167.139	91.917
14	Marítimos	19.410	14.315
15	Aeronáuticos	64.908	35.946
17	Petróleo	(3.165)	3.165
19	Saúde	275.223	118.523
		1.386.968	1.044.030

Valores dos prêmios líquidos de retrocessão:

Grupo de Ramos	Nome	Dezembro 2025	Dezembro 2024
1	Patrimonial	230.319	209.797
2	Riscos Especiais	-	223
3	Responsabilidades	6.478	7.848
5	Automóvel	(18.792)	39.537
6	Transportes	52.771	47.438
7	Riscos Financeiros	1.153	4.108
9	Pessoas Coletivo	169.437	197.666
10	Habitacional	1.824	2.515
11	Rural	17.902	9.256
14	Marítimos	9.904	8.479
15	Aeronáuticos	33.964	23.801
17	Petróleo	(278)	278
19	Saúde	26.266	18.630
		530.950	569.576

Os riscos de subscrição estão concentrados nas regiões Sul e Sudeste e tem como principal moeda de negociação a moeda local (sendo 92,09% em moeda Real e 7,91% em Dólar).

As retrocessões negociadas são com:

Resseguradores Admitidos

Retrocessionária	Rating
Chubb Tempest Reinsurance LTD.	A++
Swiss Reinsurance Company	A+
Zurich Insurance Company LTD.	A

Resseguradores Eventuais

Retrocessionária	Rating
Assicurazioni Generali S.P.A.	A+

4.1.2 Subscrição: O gerenciamento do risco de subscrição é um aspecto crítico para o negócio, pois está diretamente relacionado às bases técnicas utilizadas pela Companhia para o cálculo de prêmios, provisões técnicas, desenvolvimento de produtos, aceitação de riscos, entre outros. Desta forma, envolve não somente aspectos relacionados à estratégia de subscrição e de transferência de riscos, mas também os aspectos relativos às obrigações e seus fluxos de caixa, bem como gerenciamento de ativos e passivos e a segmentação de seus negócios. A Companhia conta com equipes técnicas especializadas que seguem rigorosamente os critérios de subscrição estabelecidos internamente, conforme os padrões do Grupo Swiss Re. Esses critérios definem as classes de negócios elegíveis a aceitação dos riscos, as exclusões básicas, os limites de aceitação e alfações, dispoendo também sobre os seguintes temas: • Requerimentos de governança e estrutura interna das equipes de subscrição, com definição clara de papéis e responsabilidades; • Formulários padronizados para coleta de dados por segmento de negócios; • Regras adicionais aplicáveis à subscrição - gerais ou específicas por segmento; • Requisitos para auditorias internas periódicas; • Requerimentos de capital alinhados as exigências locais. Todos os contratos, sejam automáticos ou facultativos, seguem as etapas descritas a seguir: (i) Preenchimento de formulários para análise de riscos pela Resseguradora conforme padrões internos; (ii) Análise de fatores, incluindo, mas não limitado ao tipo de risco, o ramo, adequação atuarial do prêmio, subscrição técnica e resultados da cedente, condição financeira da cedente e exposição agregada à carteira; (iii) Avaliações complementares, incluindo informações públicas da cedente, área geográfica de atuação, participação de mercado, possíveis exposições catastróficas e histórico dos sinistros. É prática desta Resseguradora, manter o contato próximo com as áreas de sinistro e subscrição das cedentes, a fim de acompanhar as políticas por elas adotadas. A Unidade de Gestão de Riscos monitora, continuamente, as exposições ao risco de subscrição, visando antecipar eventuais desvios em relação ao apetite por riscos desta Companhia. Qualquer desvio identificado deve ser, tempestivamente, reportado à Diretoria. **4.1.3 Retrocessão:** A Resseguradora utiliza a compra de retrocessão junto aos resseguradores para suportar suas operações de subscrição e gerenciar sua retenção por risco e por evento, ante uma ocorrência, sempre alinhado com a Nota Técnica Atuarial. A cobertura de retrocessão é comprada de acordo com o tipo de risco assumido. Os benefícios em ceder aos outros resseguradores incluem: • Redução da exposição; • Proteção contra riscos catastróficos; • Proteção contra a perda de capital inesperado; e • Ampliação da capacidade de subscrição de novos negócios. Contratos de retrocessão não eximem, legalmente, a Resseguradora de suas obrigações em relação ao risco assumido. **4.1.4 Regulação de sinistros:** A Resseguradora utiliza uma política para regulação de sinistros que reflete os padrões e procedimentos adotados pelo Grupo Swiss Re. O controle da regulação de sinistros é de responsabilidade do departamento de Sinistros, apoiado tecnicamente, sempre que necessário, pelas diversas áreas de subscrição especializadas em cada ramo. A descrição dos procedimentos operacionais e processos de regulação de sinistros constam na política mencionada, que requer avaliação de um ou mais dos critérios a seguir: • Coberturas contratadas em relação à reclamação do sinistro; • Exclusões aplicáveis (legitimidade da cobertura); • Valores reclamados em relação à franquia aplicável e limites contratados; • Tipo de ocorrência, providências tomadas e dimensões dos danos; • Contratação de peritos ou envolvimento de especialistas ou advogados nos casos necessários. Respeitada a legislação brasileira, a Resseguradora determina para cada um dos seus contratos: • Cláusulas relacionadas às definições de sinistros; • Valores e limites para a notificação de sinistros; • Cláusula de liquidação e cooperação de sinistros; • Despesas e honorários de regulação; e • Condições para pedido de adiamento pela cedente. A Resseguradora poderá acompanhar a regulação do processo de sinistro junto a cedente e ainda eleger, se entender necessário, reguladores e/ou peritos especializados, com adequada expertise para cada tipo de sinistro. **4.2 Gestão de risco financeiro: 4.2.1 Risco de mercado:** O risco de mercado está associado às perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A administração monitora, continuamente, as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas, muito embora adote uma posição conservadora de suas aplicações financeiras. A Resseguradora segue mandato definido pelo Grupo Swiss Re, contemplando *benchmarks*, *duration*, entre outros critérios a serem observados e monitorados. Análise de sensibilidade sobre as classes de ativo:

Classe	Premissas	Saldo contábil	Variação resultado patrimonial líquido %	Dezembro 2025	
				Saldo sensibillizado	Impacto
Títulos públicos IPCA	Acréscimo de 1% no cupom de IPCA	328.064	(1,78%)	322.231	(5.833)
	Decréscimo de 1% no cupom de IPCA	328.064	1,70%	333.654	5.590
Títulos públicos Taxa pós-fixada	Acréscimo de 1% no spread da LFT	308.757	(1,85%)	303.036	(5.721)
	Decréscimo de 1% no spread da LFT	308.757	1,92%	314.687	5.930
Títulos públicos Taxa pré-fixada	Acréscimo de 1% na taxa pré-fixada	526.514	(1,68%)	517.642	(8.872)
	Decréscimo de 1% na taxa pré-fixada	526.514	1,94%	536.722	10.208
Fundo de investimento Taxa pós-fixada	Acréscimo de 1% no spread da LFT	51.944	(1,85%)	50.981	(963)
	Decréscimo de 1% no spread da LFT	51.944	1,92%	52.942	998

Classe	Premissas	Saldo contábil	Variação resultado patrimonial líquido %	Dezembro 2024	
				Saldo sensibillizado	Impacto

→* continuação



Swiss Re Brasil Resseguros S.A.
CNPJ/MF nº 15.047.380/0001-97

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Sinistros à recuperar

Retrocessionária	Rating	2025	2024
Chubb Tempest Reinsurance LTD	A++	5.179	4.927
Swiss Reinsurance Company	A+	85.602	85.163
Assicurazioni Generali S.P.A.	A	28.661	-

Rating conforme agência classificadora *AM Best Company*, para as cedentes que não tem divulgado rating pela agência indicada, foi considerado o rating do grupo ou *Holding*. **4.2.3 Risco de liquidez:** O risco de liquidez é a possibilidade da inexistência de recursos financeiros suficientes para a Resseguradora honrar seus compromissos em razão dos descausamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Em outras palavras, está relacionado tanto com a incapacidade da Resseguradora de liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. O quadro a seguir apresenta o risco de liquidez que a Resseguradora está exposta:

Fluxo de ativos	3.366.522
Caixa	910
Aplicações	1.215.279
Títulos e créditos a receber	73.696
Provisões técnicas - ativo de retrocessão	1.124.306
Crédito das operações de seguros e resseguros	952.331
Fluxo de passivos	(2.824.824)
Contas a pagar	(32.280)
Débito das operações de seguros e resseguros	(725.645)
Provisões técnicas	(2.066.899)
Excesso	541.698

O quadro a seguir demonstra o prazo estimado de realização dos fluxos de ativo e passivo.

	Fluxo de ativos	Fluxo de passivos
Fluxo de 0 a 12 meses	2.454.170	(2.794.642)
Fluxo acima de 12 meses	912.352	(30.182)
Total	3.366.522	(2.824.824)

A carteira de investimentos da Resseguradora está concentrada em títulos públicos federais e em um fundo de investimentos, que investe exclusivamente em títulos públicos federais, com liquidez diária, que visa facilitar a gestão rotativa das necessidades e sobras de caixa. O objetivo do modelo de negócios definido pela administração da Resseguradora tem por base assegurar o cumprimento de suas obrigações futuras decorrentes da atividade de resseguros, em especial garantir as provisões técnicas, baseada em política de gestão de risco de liquidez que permite a Resseguradora ter a disponibilidade de recursos para pagamento de sinistros e despesas inerentes à sua atividade. Não havendo quaisquer impedimentos, em eventuais necessidades, de liquidação de ativos para pagamentos de passivos. **4.3 Gestão de Risco Operacional:** Os Riscos Operacionais estão intrinsecamente ligados à forma como os negócios da Companhia são conduzidos. Referem-se a possíveis deficiências ou inadequações em processos internos, pessoas e sistemas, ou eventos externos - incluindo risco regulatório e de continuidade de negócios. A Companhia adota políticas e processos estruturados para gerenciamento de Riscos Operacionais, os quais são periodicamente revisados e aprovados pelo órgão de governança competente. Tal gerenciamento visa garantir a avaliação contínua de novos produtos, processos, atividades e sistemas, com atuação efetiva e independente tanto da Unidade de Gestão de Riscos, quanto da Auditoria Interna e Auditoria Externa, no contexto das demonstrações financeiras. São assegurados controles internos eficazes, com segregação de funções, atribuição clara de responsabilidades e delegação de autoridade, além de uma estrutura robusta de planos de contingência e continuidade de negócios, garantindo a manutenção e capacidade das operações mesmo diante de interrupções parciais ou totais. A definição de Risco Operacional é disseminada em toda a Companhia, acompanhada de critérios e procedimentos para sua identificação, avaliação, controle, monitoração, mitigação e reporte tempestivo às áreas competentes. A identificação e análise de eventos operacionais (*Operational Events*) compõem parte essencial da estrutura de gerenciamento de riscos operacionais. O registro desses eventos é fundamental para a análise de causa raiz e lições aprendidas, servindo como base para decisões quanto à mitigação e prevenção de riscos. Quando geram impactos financeiros diretos, são classificados como perdas operacionais efetivas (*Operational Actual Loss*). A Companhia mantém implementada, conforme exigência regulatória, a Base de Dados de Perdas Operacionais (BDPO), que permite identificar, registrar, tratar e acompanhar as perdas operacionais até sua devida resolução, incluindo eventuais recuperações e atualizações. Adicionalmente, o registro de *Issues*, é utilizado como prevenção de potenciais falhas em processos existentes. Esses registros podem indicar, por exemplo, a necessidade de implementação de novos controles para riscos já identificados ou a melhoria de controles já existentes para atender à novas situações, internas ou externas. **4.4 Análise de sensibilidade:** Conforme estabelecido no CPC 11, a análise de sensibilidade visa demonstrar como o resultado e o patrimônio líquido teriam sido afetados caso tivesse ocorrido as alterações razoavelmente possíveis na variável de risco relevante à data do balanço. Em atendimento ao Artigo 126, inciso XI da Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, a análise de sensibilidade foi aplicada sobre as variáveis de risco de taxa de juros e sinistralidade, para todos os grupos de ramos da Resseguradora. O impacto no resultado e patrimônio líquido decorrente dos testes de sensibilidade com valores brutos de retrocessão e líquidos de retrocessão, antes dos impostos, são os seguintes:

Sensibilidades TAP Dezembro de 2025:

Valores brutos de retrocessão:	Valor presente	Impacto	%
Base do TAP	1.468.140	-	-
Aumento 10% Sinistralidade	1.455.132	13.008	0,9%
Redução 10% Sinistralidade	1.481.236	(13.096)	0,9%
Aumento 0,5% Taxa de Juros	1.522.173	(54.033)	3,7%
Redução 0,5% Taxa de Juros	1.414.107	54.033	3,7%
Valores líquidos de retrocessão:	Valor presente	Impacto	%
Base do TAP	774.738	-	-
Aumento 10% Sinistralidade	766.550	8.188	1,1%
Redução 10% Sinistralidade	782.990	(8.252)	1,1%
Aumento 0,5% Taxa de Juros	805.149	(30.411)	3,9%
Redução 0,5% Taxa de Juros	744.326	30.412	3,9%

Consideramos uma variação de 10% na taxa de sinistralidade (aplicados sobre os prêmios), por representar um aumento/redução possível na variável. Relacionado ao aumento/redução de 0,5% na taxa de juros, foi utilizada a mesma taxa aplicada ao TAP e são variações possíveis, conforme aumentos e reduções usualmente informados pelo BACEN.

5 Aplicações financeiras

(a) Classificação dos ativos financeiros por tipo, prazo de vencimento e estimativa do valor justo: A Resseguradora possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando a alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e com uma política prudente de gestão de risco de liquidez. A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo classificadas em diferentes níveis em uma hierarquia, os valores de referência foram definidos como se segue: • Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo; • Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no Nível 1, mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; • Nível 3 - títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável. A mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários para títulos públicos federais é calculada com base no "Preço Unitário de Mercado", informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Já para as quotas de fundos de investimentos, denominadas BRAM FI RF REF DI, são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo ou em consulta do valor divulgado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todos os títulos que compõem a carteira de investimentos da Resseguradora estão vinculados para cobertura das provisões técnicas.

Dezembro 2025					
Nível	Taxas contratadas	Custo	Ajustes	Mercado	%
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Vencimento até um ano					
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% Selic	12.280	1	12.281
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	7,03% a 15,63% a.a.	187.023	(954)	186.069
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	1	IPCA + 6% a.a.	114.169	(2.684)	111.485
Total			764.944	(10.120)	754.824
Vencimento de 1 a 5 anos					
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% Selic	296.170	306	296.476
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	7,03% a 15,63% a.a.	142.429	(90)	142.339
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	1	IPCA + 6% a.a.	222.643	(7.316)	215.327
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	1	6,26% a 15,82% a.a.	103.702	(3.020)	100.682
Total			99.940	(2.516)	97.424
Vencimento de 5 a 10 anos					
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	7,03% a 15,63% a.a.	16.832	350	17.182
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	1	6,26% a 15,82% a.a.	83.108	(2.866)	80.242
Total			1.752	(500)	1.252
Vencimento superior a 10 anos					
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	1	IPCA + 6% a.a.	1.752	(500)	1.252
Total			1.180.108	(16.773)	1.163.335

Valor justo por meio do resultado

Sem vencimento	Quotas de fundos de investimentos	Total
Quotas de fundos de investimentos	2	Pós
Total		
Ativo circulante		
Ativo não circulante		
Total		

Vinculados a cobertura das provisões técnicas (Nota 19c)
Não vinculados a cobertura das provisões técnicas

Dezembro 2024					
Nível	Taxas contratadas	Custo	Ajustes	Mercado	%
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Vencimento até um ano					
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	7,03% a 13,01% a.a.	152.211	(937)	151.274
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	1	IPCA + 6% a.a.	63.492	179	63.671
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	1	3,31% a 16,47% a.a.	25.033	(2)	25.031
Total			834.943	(29.900)	805.043
Vencimento de 1 a 5 anos					
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% Selic	330.772	270	331.042
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	7,03% a 13,01% a.a.	161.622	(8.757)	152.865
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	1	IPCA + 6% a.a.	244.314	(12.232)	232.082
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	1	3,31% a 16,47% a.a.	98.235	(9.181)	89.054
Total			57.187	(9.128)	48.059
Vencimento de 5 a 10 anos					
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% Selic	17.535	(2.674)	14.861
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	7,03% a 13,01% a.a.	39.652	(6.454)	33.198
Total			9.963	(1.413)	8.550
Vencimento superior a 10 anos					
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	100% Selic	1.685	(529)	1.156
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	7,03% a 13,01% a.a.	8.278	(884)	7.394
Total			1.142.829	(41.201)	1.101.628

Valor justo por meio do resultado

Sem vencimento	Quotas de fundos de investimentos	Total
Quotas de fundos de investimentos	2	Pós
Total		
Ativo circulante		
Ativo não circulante		
Total		

Vinculados a cobertura das provisões técnicas (Nota 19c)
Não vinculados a cobertura das provisões técnicas

Dezembro 2024					
Dezembro 2024	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste TVM	Dezembro 2025
Valor justo por meio do resultado					
Quotas de fundos de investimentos	43.065	108.427	(105.622)	6.074	-
Total					51.944
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Títulos públicos federais	1.101.628	540.643	(643.044)	139.680	24.428
Total	1.144.693	649.070	(748.666)	145.754	24.428
Total	2.286.321	1.187.713	(1.391.710)	291.228	76.422
Valor justo por meio do resultado					
Quotas de fundos de investimentos	24.689	58.030	(44.375)	4.721	-
Total					43.065
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Títulos públicos federais	1.043.535	510.727	(513.874)	114.172	(52.932)
Total	1.068.224	568.757	(558.249)	118.893	(52.932)

6 Operações com seguradoras e resseguradoras

(a) Composição dos prêmios a receber - Operações com seguradoras:

Grupo de Ramos	Nome	Dezembro 2025	Dezembro 2024
1	Patrimonial	308.997	207.450
2	Riscos Especiais	7	6
3	Responsabilidades	11.865	17.562
5	Automóvel	30.221	60.192
6	Transportes	66.849	67.499
7	Riscos Financeiros	4.458	8.116
9	Pessoas Coletivo	124.528	123.220
10	Habitacional	302	454
11	Rural	83.626	40.942
14	Marítimos	4.529	6.063
15	Aeronáuticos	35.461	33.189
17	Petróleo	-	3.165
19	Saúde	161.734	37.836
Total		832.577	605.694

(b) Composição das operações com resseguradoras:

(i) Prêmios a receber:

Grupo de Ramos	Nome	Dezembro 2025	Dezembro 2024
1	Patrimonial	74	153
6	Transportes	15	16
7	Riscos Financeiros	(19)	-
14	Marítimos	120	136
Prêmios a Receber		190	305
Sinistros a Recuperar		119.564	90.083
Total		119.754	90.388

(ii) Sinistros a recuperar:

Grupo de Ramos	Nome	Dezembro 2025	Dezembro 2024
1	Patrimonial	42.091	34.418
3	Responsabilidades	619	2.351
5	Automóvel	2	4
6	Transportes	-	86
7	Riscos Financeiros	3.288	4.570
9	Pessoas Coletivo	23.929	21.769
10	Habitacional	75	36
11	Rural	15.702	23.957
14	Marítimos	4.730	43
15	Aeronáuticos	467	2.849
19	Saúde	28.661	-
Total		119.564	90.083

Abaixo o *aging list* dos sinistros pagos a recuperar:

	Dezembro 2025	Dezembro 2024
De 1 a 180 dias	104.612	72.128
De 181 a 365 dias	11.768	15.090
De 366 a 730 dias	3.184	2.282
Acima de 730 dias	-	583
Total	119.564	90.083

(c) Movimentação dos prêmios a receber:

	Dezembro 2025	Dezembro 2024
Operações com seguradoras:		
Saldo anterior	605.694	591.024
Prêmio de resseguro	1.368.777	1.030.069
Recebimento de prêmios	(1.160.014)	(1.030.707)
Constituição/reversão de prêmios RVNE	18.120	15.308
Saldo final	832.577	605.694

(d) Composição dos prêmios a receber - Operações com Seguradoras e Resseguradoras:

	Dezembro 2025	Dezembro 2024
Total de prêmios a receber - Efetivo	321.886	244.485
Total de prêmios a receber - Estimado	420.366	289.119
Redução ao valor recuperável	(7.705)	(7.705)
RVNE	98.220	80.100
Total de prêmios a receber	832.767	605.999

(e) Aging list dos prêmios a receber - Prêmios emitidos efetivos: Os prêmios de "RVNE" R\$ 98,2 milhões e "Prêmios emitidos - estimado" R\$ 420,4 milhões não possuem vencimento, diferentemente dos "Prêmios emitidos - efetivo" R\$ 321,9 milhões. Para prover uma melhor leitura da idade de nossos créditos com operações desta natureza elaboramos *aging list* que está assim apresentado:

	Dezembro 2025	Dezembro 2024
Prêmios a vencer:		
De 0 a 30 dias	31.388	14.424
De 31 a 60 dias	83.072	67.780
De 61 a 90 dias	8.797	13.089
De 91 a 180 dias	58.585	31.227
De 181 a 365 dias	49.505	22.501
Acima de 365	3.500	10.155
Total	234.867	159.176
Prêmios vencidos:		
De 0 a 30 dias	9.296	8.786
De 31 a 60 dias	12.682	10.947
De 61 a 90 dias	10.339	8.235
De 91 a 180 dias	15.194	13.685
De 181 a 365 dias	10.743	10.840
Acima de 365 dias	28.765	32.816
Total	87.019	85.409
Total de prêmios a receber - Efetivo	321.886	244.485

→* continuação



Swiss Re

Swiss Re Brasil Resseguros S.A.

CNPJ/MF nº 15.047.380/0001-97

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10 Operações com resseguradoras

As operações com resseguradoras compreendem operações de retrocessão, tendo sua abertura demonstrada no quadro abaixo:

	Dezembro 2025	Dezembro 2024
Resseguros cedidos a resseguradora admitida		
Prêmios retrocedidos	796.016	507.795
Comissão	(144.603)	(78.373)
Prêmio RVNE	45.822	30.256
Salvados	7.964	7.837
Total	705.199	467.515

11 Corretores de seguros e resseguros

	Dezembro 2025	Dezembro 2024
Comissão a pagar - Corretores de resseguro	22.162	15.720
Total	22.162	15.720

12 Depósitos de terceiros

Essa conta visa manter o registro de créditos oriundos das operações, pendentes de identificação cuja contrapartida são os grupos de prêmios a receber, sinistros a liquidar e comissões a pagar.

	Dezembro 2025	Dezembro 2024
Depósito de terceiros		
De 0 a 365 dias	39.299	25.820
Acima de 365 dias	16	98
Total	39.315	25.918

13 Imposto de renda e contribuição social

Descrição	Dezembro 2025			Dezembro 2024		
	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Lucro antes dos impostos e após as participações sobre o resultado	53.973	53.973	53.973	46.280	46.280	46.280
Alíquotas oficiais - %	25%	15%	40%	25%	15%	40%
Imposto de renda e contribuição social	(13.493)	(8.096)	(21.589)	(11.570)	(6.942)	(18.512)
Efeito das adições/exclusões no cálculo dos tributos						
Diferenças intertemporais	49	29	78	(966)	(580)	(1.546)
Despesas indutíveis	4.981	2.988	7.969	(21)	(12)	(33)
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	2.539	1.523	4.062	3.767	2.260	6.027
Adicional IRPJ	24	—	24	24	—	24
Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)	159	—	159	217	—	217
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	(5.742)	(3.555)	(9.297)	(8.549)	(5.274)	(13.823)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	31.055	18.833	49.888	—	—	—
Crédito/(despesa) imposto de renda exercícios anteriores	(13)	—	(13)	(8)	(5)	(13)
Imposto de renda e contribuição social - Resultado	25.300	15.078	40.378	(8.557)	(5.279)	(13.836)
Alíquota efetiva - %	25%	15%	40%	25%	15%	40%

14 Créditos tributários e previdenciários

14.1 Impostos a compensar/recuperar:

	Dezembro 2025	Dezembro 2024
Saldo negativo - IRPJ	473	—
Saldo negativo - CSLL	3.227	—
IRPJ a compensar	8.273	5.186
CSLL a compensar	5.077	3.181
Outros tributos a compensar	9	4
Total	17.059	8.371
IRPJ diferido	35.248	—
CSLL diferido	21.149	—
Total	73.456	8.371

14.2 Créditos tributários diferidos de IRPJ e CSLL ativados - Ativo não circulante:

	Dezembro 2025		
	IRPJ diferido	CSLL diferido	Total
Provisão para participação nos lucros	917	550	1.467
Provisão para riscos sobre créditos	1.926	1.156	3.082
Provisões diversas	6.639	3.983	10.622
Prejuízo fiscal e base negativa	21.573	12.944	34.517
MTM	4.193	2.516	6.709
Total do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL	35.248	21.149	56.397
Crédito tributário não ativado	—	—	—

	Dezembro 2024		
	IRPJ diferido	CSLL diferido	Total
Provisão para participação nos lucros	748	449	1.197
Provisão para riscos sobre créditos	1.926	1.156	3.082
Provisões diversas	6.498	3.899	10.397
Prejuízo fiscal e base negativa	24.112	14.467	38.579
MTM	10.300	6.180	16.480
Total do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL	43.584	26.151	69.735
Crédito tributário não ativado	43.584	26.151	69.735

As constituições dos Créditos Tributários sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL, no exercício de 2025, estão fundamentadas em estudo técnico que leva em consideração a estimativa de rentabilidade futura, projeções orçamentárias, cenários macroeconômicos e plano de negócios, projeções de crescimento e expansão de negócios, dentre outras variáveis. Esse estudo técnico suporta a demonstração de geração de resultados tributáveis positivos futuros, o que permitirá a realização destes Créditos Tributários conforme a projeção ilustrada no quadro abaixo:

Ano	%
2026	32%
2027	22%
2028	18%
2029	17%
2030	11%
Total	100%

14.3 Impostos e encargos sociais a recolher:

	Dezembro 2025	Dezembro 2024
IR Retido de Funcionários	491	384
Imposto Sobre Serviço Retido	716	1.096
Contribuições Previdenciárias	362	304
Contribuições para FGTS	563	111
Outros impostos/encargos sociais PIS/COFINS/Contribuição Social	6	39
Total	2.138	1.934

15 Obrigações a pagar

	Dezembro 2025	Dezembro 2024
Fornecedores	28	1
Valores a pagar a empresas ligadas	22.369	27.379
Participações nos resultados/bônus	3.694	3.019
Outras obrigações a pagar	54	40
Total	26.145	30.439

16 Encargos trabalhistas

	Dezembro 2025	Dezembro 2024
Férias e 13º salário	1.557	1.334
Encargos sociais	533	456
Total	2.090	1.790

17 Obrigações com impostos e contribuições

	Dezembro 2025	Dezembro 2024
IRPJ	5.742	8.549
(-) Antecipação de IRPJ	(5.742)	(8.549)
CSLL	3.555	5.274
(-) Antecipação de CSLL	(3.555)	(5.274)
COFINS	1.369	1.461
COFINS - Remessas ao exterior (retrocessão)	7.339	4.519
PIS	222	237
PIS - Remessas ao exterior (retrocessão)	(1.594)	(982)
Total	10.524	7.199
Circulante	10.524	7.199
Não circulante	—	—
Total	10.524	7.199

18 Processos judiciais e administrativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não constam, no polo passivo da Resseguradora, processos trabalhistas ou cíveis. A Resseguradora consta no polo passivo em processos administrativos de natureza fiscal, com valor em discussão no montante de R\$ 13,8 milhões (R\$ 17,9 milhões em 31 de dezembro de 2024), cuja probabilidade de perda classificada por nossos advogados é possível. Estes processos referem-se a discussões sobre pedidos de compensação tributária (Per/Doomp).

19 Provisões técnicas - Resseguradora

(a) Provisões técnicas e custo de aquisição diferidos por ramo - brutas de retrocessão:

Grupo de Ramos	Dezembro 2025				
	Provisão de prêmio não ganho	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão de excedentes técnicos	Custo de aquisição diferido
1 Patrimonial	303.455	317.188	218.389	6.498	814.657
2 Riscos especiais	—	317	—	—	317
3 Responsabilidades	10.714	44.284	32.297	98	87.085
5 Automóvel	4.653	22.816	24.974	4.960	56.222
6 Transportes	56.223	34.436	26.250	3.586	116.248
7 Riscos financeiros	6.183	62.501	15.000	3.203	85.492
9 Pessoas coletivo	84.157	149.348	97.839	24.756	353.289
10 Habitacional	263	179	297	—	739
11 Rural	117.885	75.941	63.667	85	233.180
14 Marítimos	10.226	13.378	16.452	214	36.850
15 Aeronáuticos	34.523	45.731	37.788	1.224	115.465
17 Petróleo	—	—	—	—	—
19 Saúde	118.366	201	64.591	—	167.355
Total	746.648	766.320	597.544	44.624	2.066.899

Grupo de Ramos	Dezembro 2024				
	Provisão de prêmio não ganho	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão de excedentes técnicos	Custo de aquisição diferido
1 Patrimonial	223.765	407.796	169.324	3.675	789.998
2 Riscos especiais	—	317	447	—	764
3 Responsabilidades	16.979	45.903	33.375	95	94.365
5 Automóvel	36.968	18.962	16.814	3.477	73.389
6 Transportes	40.758	54.934	16.855	68	109.433
7 Riscos financeiros	8.300	60.810	13.074	7.222	87.547
9 Pessoas coletivo	73.777	117.078	26.729	39.665	255.682
10 Habitacional	234	—	416	—	650
11 Rural	79.000	53.117	34.402	85	150.491
14 Marítimos	10.117	10.186	9.406	201	26.677
15 Aeronáuticos	35.112	19.318	34.025	1.594	86.745
17 Petróleo	2.218	—	700	—	2.809
19 Saúde	85.718	482	11.167	—	84.956
Total	612.946	788.903	366.734	56.082	1.763.506

(b) Movimentação das provisões técnicas e custo de aquisição diferidos - brutas de retrocessão:

	Dezembro 2025				
	Provisão de prêmio não ganho	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão de excedentes técnicos	Custo de aquisição diferido
Saldo anterior	612.946	788.903	366.734	56.082	(61.159)
Sinistros Avisados	—	767.485	—	—	767.485
(-) Pagamento de sinistros	—	(765.102)	—	—	(765.102)
(+/-) Reavaliações	—	(24.966)	—	—	(24.966)
(+) Constituição	1.071.674	—	832.603	55.807	(137.204)
(-) Reversão	(937.972)	—	(601.793)	(67.265)	110.126
Saldo final	746.648	766.320	597.544	44.624	(88.237)

	Dezembro 2024				
	Provisão de prêmio não ganho	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão de excedentes técnicos	Custo de aquisição diferido
Saldo anterior	546.507	642.732	301.213	44.770	(58.633)
Sinistros avisados	—	580.021	—	—	580.021
(-) Pagamento de sinistros	—	(651.658)	—	—	(651.658)
(+/-) Reavaliações	—	217.808	—	—	217.808
(+) Constituição	897.168	—	470.699	70.216	(93.609)
(-) Reversão	(830.729)	—	(405.178)	(58.904)	91.083
Saldo final	612.946	788.903	366.734	56.082	(61.159)

(c) Garantias das provisões técnicas:

Os valores contábeis das aplicações vinculadas à SUSEP em coberturas de provisões técnicas são os seguintes:

	Dezembro 2025	Dezembro 2024
Provisões técnicas - Resseguradora	2.066.899	1.763.506
(-) Ativos de retrocessão	(741.493)	(601.278)
(-) Direito creditório	(301.039)	(235.748)
(-) Ativo redutor	(115.220)	(78.473)
Total a ser coberto líquido das deduções (A)	909.147	848.007
Ativos garantidores das provisões técnicas (B)	1.215.279	1.144.893
Cobertura excedente (B) - (A)	306.132	296.886
Liquidez excedente	306.132	296.886
Índice de liquidez	134%	135%
Target interno do índice de liquidez	130%	130%

De acordo com a política praticada pelo Grupo Swiss Re, a Resseguradora adotou o *target* de 130% para o índice de liquidez com uma margem de 20 pontos percentuais.

20 Desenvolvimento de sinistros

A tabela de desenvolvimento de sinistros ilustra a evolução dos avisos de sinistro recebidos pela Resseguradora para cada ano de subscrição dos contratos. O montante avisado varia à medida que informações atualizadas são obtidas através das prestações de contas enviadas pelas cedentes sobre os contratos subscritos.

Acerto

	Dezembro 2025									
	Subscrição 2012 a 2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total		
No ano de subscrição	241.404	17.210	87.835	81.237	131.370	147.278	76.373	782.707		
Um ano após o ano de subscrição	844.669	182.906	654.402	286.231	365.961	393.331	—	2.727.500		
Dois anos após o ano de subscrição	485.691	90.820	109.463	135.624	242.974	—	—	1.064.572		
Três anos após o ano de subscrição	132.267	33.263	7.711	31.354	—	—	—	204.595		
Quatro anos após o ano de subscrição	(557)	13.580	14.793	—	—	—	—	27.816		
Cinco anos após o ano de subscrição	100.356	(6.862)	—	—	—	—	—	93.494		
Seis anos após o ano de subscrição										

→ * continuação



Swiss Re

Swiss Re Brasil Resseguros S.A.

CNPJ/MF nº 15.047.380/0001-97

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23 Ramos de atuação

Valores brutos de retrocessão:

Grupo de Ramos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade - %	Dezembro 2025	
			Índice de comissão (corretagem) - %	Índice de comissão (resseguro aceito) - %
1 Patrimonial	443.420	50,1	6,1	25,1
2 Riscos Especiais	-	-	-	-
3 Responsabilidades	12.918	41,2	10,6	3,7
5 Automóvel	21.281	125,4	1,7	42,4
6 Transportes	77.917	69,1	3,6	11,2
7 Riscos Financeiros	8.691	112,1	-	18,9
9 Pessoas Coletivo	255.387	115,9	1,2	6,6
10 Habitacional	2.905	19,3	3,6	-
11 Rural	136.540	85,2	0,1	32,3
14 Marítimos	19.459	156,4	3,9	36,1
15 Aeronáuticos	62.079	57,7	0,6	17,1
17 Petróleo	(1.056)	66,3	-	20,7
19 Saúde	245.967	70,8	-	17,7
Total	1.285.508	75,5	2,8	19,7

Valores brutos de retrocessão:

Grupo de Ramos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade - %	Dezembro 2024	
			Índice de comissão (corretagem) - %	Índice de comissão (resseguro aceito) - %
1 Patrimonial	352.911	109,0	5,6	13,5
2 Riscos Especiais	6.029	37,5	-	18,1
3 Responsabilidades	22.470	109,3	4,9	-
5 Automóvel	19.969	116,7	-	39,5
6 Transportes	70.551	88,3	2,3	11,2
7 Riscos Financeiros	(5.625)	872,9	-	65,8
9 Pessoas Coletivo	266.579	78,9	0,9	4,4
10 Habitacional	3.235	5,2	3,4	-
11 Rural	77.912	46,2	-	31,0
14 Marítimos	14.373	75,3	3,5	45,5
15 Aeronáuticos	35.617	43,4	0,4	24,2
17 Petróleo	1.056	66,3	-	20,7
19 Saúde	110.818	69,1	-	19,4
Total	975.895	81,8	2,6	14,0

Valores líquidos de retrocessão:

Grupo de Ramos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade - %	Dezembro 2025	
			Índice de comissão (corretagem) - %	Índice de comissão (resseguro aceito) - %
1 Patrimonial	208.854	59,8	13,0	79,1
2 Riscos Especiais	-	-	-	-
3 Responsabilidades	7.019	29,8	19,5	-
5 Automóvel	11.965	185,7	3,1	130,9
6 Transportes	49.752	88,7	5,6	22,7
7 Riscos Financeiros	5.339	-	-	10,2
9 Pessoas Coletivo	189.698	105,2	1,7	8,9
10 Habitacional	2.204	12,6	4,8	-
11 Rural	14.194	-	0,8	185,4
14 Marítimos	13.952	155,2	5,5	74,7
15 Aeronáuticos	35.374	83,3	1,0	51,4
17 Petróleo	(92)	-	-	37,0
19 Saúde	24.047	36,2	-	361,6
Total	562.306	80,5	6,4	62,4

Valores líquidos de retrocessão:

Grupo de Ramos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade - %	Dezembro 2024	
			Índice de comissão (corretagem) - %	Índice de comissão (resseguro aceito) - %
1 Patrimonial	187.916	71,0	10,6	42,6
2 Riscos Especiais	223	1.082,5	-	-
3 Responsabilidades	8.374	175,7	13,3	37,7
5 Automóvel	13.678	136,5	-	115,3
6 Transportes	53.128	112,5	3,1	29,7
7 Riscos Financeiros	9.718	-	-	-
9 Pessoas Coletivo	189.607	81,9	1,3	3,9
10 Habitacional	2.332	9,7	4,8	-
11 Rural	7.589	-	0,1	196,7
14 Marítimos	8.692	114,3	5,8	150,1
15 Aeronáuticos	23.156	80,5	0,6	75,3
17 Petróleo	92	-	-	37,0
19 Saúde	16.985	22,6	-	253,1
Total	521.490	80,0	4,9	37,2

24 Detalhamento de contas da demonstração do resultado

(a) Prêmios ganhos:

	Dezembro 2025	Dezembro 2024
Prêmios de resseguros	1.621.940	1.166.038
Comissão	(253.092)	(137.261)
Riscos vigentes e não emitidos	18.121	15.252
Provisão de prêmio não ganho	(112.919)	(56.822)
Provisão de excedentes técnicos	11.458	(11.312)
Total	1.285.508	975.895

(b) Sinistros ocorridos:

	Dezembro 2025	Dezembro 2024
Indenização de sinistros	(750.534)	(747.479)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	(230.810)	(65.521)
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNeR)	8.111	(51.126)
Salvados	3.084	65.908
Total	(970.149)	(798.218)

(c) Custos de aquisição:

	Dezembro 2025	Dezembro 2024
Corretagem	(39.411)	(28.654)
Variação de corretagens diferidas	3.291	2.894
Total	(36.120)	(25.760)

(d) Resultado com retrocessão:

	Dezembro 2025	Dezembro 2024
Recuperação de sinistro de retrocessão	365.024	353.513
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	162.298	30.492
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNeR)	(9.528)	59.470
Prêmios de retrocessão	(856.018)	(474.454)
Variação das despesas de retrocessão	132.815	20.049
Salvados	(380)	(62.257)
Total	(205.789)	(73.187)

(e) Outras despesas e receitas operacionais:

	Dezembro 2025	Dezembro 2024
Outras receitas com operações de resseguros	4	39
Despesas com administração de contratos	(124)	(49)
Lucros atribuídos	(24.810)	(25.681)
Outras despesas com operações de resseguros	(20)	(302)
Total	(24.950)	(25.993)

(f) Despesas administrativas:

	Dezembro 2025	Dezembro 2024
Despesas com pessoal próprio	(28.980)	(23.672)
Despesas com serviços de terceiros	(2.626)	(2.393)
Despesas com localização e funcionamento	(4.426)	(4.485)
Outras despesas administrativas (*)	(54.235)	(44.190)
Total	(90.267)	(74.740)

(*) Despesas relacionadas ao rateio de custos de sistemas globais, no montante de R\$ 52,8 milhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 43,1 milhões em 31 de dezembro de 2024), que tem sua manutenção e atualização mantida por outras entidades do grupo (Nota 27).

(g) Despesas com tributos:

	Dezembro 2025	Dezembro 2024
IPTU	(130)	(113)
COFINS	(15.443)	(18.750)
COFINS Importação - retrocessões	(11.964)	(6.516)
PIS	(2.509)	(3.047)
PIS Importação - retrocessões	(2.597)	(1.414)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(2.867)	(2.509)
Outros Tributos	(13.798)	(11.657)
Total	(49.308)	(44.006)

(h) Resultado financeiro:

	Dezembro 2025	Dezembro 2024
Receitas Financeiras	173.123	200.133
Receitas com títulos de renda fixa: públicos - valor justo por meio de outros resultados abrangentes	139.680	114.172
Receitas com quotas de títulos de investimento - valor justo por meio do resultado	6.074	4.721
Receitas financeiras com operações de resseguro	27.288	74.625
Outras receitas financeiras	81	6.615
Despesas Financeiras	(25.877)	(85.598)
Despesas financeiras com operações de resseguro	(14.723)	(80.044)
Outras despesas financeiras	(3.503)	(2.077)
IOF	(7.651)	(3.477)
Total	147.246	114.535

25 Remuneração dos administradores

A Resseguradora pagou o valor de R\$ 4,7 milhões em forma de remuneração a administradores em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 4,5 milhões em 31 de dezembro de 2024).

26 Benefícios a empregados

A Resseguradora concede aos seus funcionários benefício de previdência sob a forma de Renda Mensal Vitalícia, cuja gestão é feita pela Bradesco Vida e Previdência, facultando-lhes a opção entre "Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL)" e "Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL)". As contribuições efetuadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 totalizaram R\$ 1,4 milhão (R\$ 1,3 milhão em 31 de dezembro de 2024).

27 Partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas são: • Operações comerciais de resseguros: prêmios de resseguros e sinistros, comissão de resseguro e recuperação de sinistro; • Participação em lucros de contratos de resseguros; • Excesso de danos; • Custos compartilhados. Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas e custos com sistemas globais compartilhados estão demonstrados a seguir:

Partes Relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	Dezembro 2025	Dezembro 2024	Dezembro 2025	Dezembro 2024	Dezembro 2025	Dezembro 2024	Dezembro 2025	Dezembro 2024
Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A	105.846	98.649	340.686	392.638	137.931	308.756	105.576	163.437
Swiss Reinsurance Company	1.041.264	788.010	618.024	428.493	386.972	321.987	500.348	474.712
Swiss Re America Holding Corporation	-	-	22.330	21.185	-	-	57.381	32.262
Swiss Re Management (US) Corporation	-	-	-	5.880	-	-	(4.556)	10.786
Swiss Re Management Ltd.	-	-	-	3	-	-	25	25
Swiss Re America	-	-	21	8	-	-	-	-
Swiss Re Company	-	-	-	6	-	-	-	-

Diretoria

Juliana de Souza Sobrêda Alves
Claudio Rosa Mendes

Natália Velasques Sanches
Vinicius Grimaldi Lima

Contadora

Bruna Tamaiti
CRC nº 1SP 300781/O-9

Atuário Responsável

Ricardo César Pessoa
MIBA 1076

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Sr. Diretor Presidente e Srs. Acionistas,
O Comitê de Auditoria ("Comitê") da **Swiss Re Brasil Resseguros S.A.** ("Companhia") instituído nos termos da Resolução nº 432/2021 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, é formado por (3) três membros indicados e nomeados pela Assembleia Geral, funciona em conformidade com o disposto no Estatuto Social da Companhia e o seu regimento interno é aprovado pela Administração.
Compete ao Comitê apoiar a Administração da Companhia em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares (*compliance*), pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores contábeis independentes e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos.
A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Companhia. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controles internos e *compliance*.
Compete à auditoria contábil independente examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e à auditoria interna a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Companhia.
O Comitê atua mediante reuniões nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores contábeis independentes, dos auditores atuariais, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

De acordo com o seu Regimento, o Comitê mantém reuniões com gestores das áreas de contabilidade e finanças, atuarial, controles internos e *compliance*, gestão de riscos, com os auditores contábeis e atuariais independentes e com os auditores internos, dentre outras.
O Comitê mantém com os auditores contábeis independentes canal regular de comunicação, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho, das verificações realizadas e dos seus resultados. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores contábeis independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas.
O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores contábeis independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.
O Comitê manteve reuniões com o Diretor Presidente e outros membros da administração da Companhia e, nessas reuniões, teve a oportunidade de conhecer detalhes dos portfólios de produtos e oportunidades e desafios da Companhia, assim como, os principais fluxos operacionais, revisões de *compliance* e gestão de riscos, dedicando especial atenção, neste exercício, à análise e acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela Companhia para aderência aos requisitos da Resolução nº 416/2021 do CNSP e demais normativos da SUSEP.
O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Cumpridas as suas atribuições, o Comitê é de opinião que as demonstrações financeiras da Companhia correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, devidamente auditadas pela KPMG Auditores Independentes, estão em condições de serem aprovadas pelos seus acionistas.
São Paulo, 25 de fevereiro de 2026

Paulo Pereira - Presidente

Julia Santoro - Membro

Miriam Assis - Membro

Parecer dos Atuários Independentes

Aos Administradores e Acionistas da
Swiss Re Brasil Resseguros S.A.
São Paulo - SP

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Swiss Re Brasil Resseguros S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2025, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Swiss Re Brasil Resseguros S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados ao parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Swiss Re Brasil Resseguros S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória,

★ continuação



Swiss Re

Swiss Re Brasil Resseguros S.A.

CNPJ/MF nº 15.047.380/0001-97



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores da

Swiss Re Brasil Resseguros S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Swiss Re Brasil Resseguros S.A. ("Resseguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Swiss Re Brasil Resseguros S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Resseguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de resseguros e retrocessão (IBNR e IBNeR) e realização do Teste de adequação de passivos (TAP)

Veja as Notas nº 3.7, 3.8, 19 e 20 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto:
<p>A Resseguradora possui passivos decorrentes de operações de contratos de resseguros e retrocessão, tais como a provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR) e provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR).</p> <p>Na mensuração das referidas provisões técnicas de resseguros e retrocessão e na realização do teste de adequação de passivos (TAP), a Resseguradora utiliza-se de técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outros, expectativa de desenvolvimento de sinistros e taxas de desconto.</p> <p>Consideramos a mensuração das referidas provisões técnicas de contratos de resseguros e retrocessão e a realização do teste de adequação de passivos, citados anteriormente como um principal assunto de auditoria dado a relevância dos valores envolvidos e o julgamento envolvido na determinação da metodologia e premissas relevantes relacionadas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <p>(i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de revisão e aprovação dos cálculos das provisões técnicas (IBNR e IBNeR);</p> <p>(ii) envolvimento de profissionais atuariais com conhecimento e experiência no setor, que nos auxiliaram:</p> <ul style="list-style-type: none"> - na avaliação das metodologias e das premissas, tais como expectativa de desenvolvimento de sinistros e taxas de desconto, utilizadas na mensuração das provisões técnicas (IBNR e IBNeR) e na realização do teste de adequação de passivos (TAP); - no recálculo independente, por amostragem, das provisões (IBNeR e IBNR) por meio do estabelecimento de um intervalo de melhor estimativa utilizando-se de métodos atuariais e com base em premissas independentes ou derivadas das próprias informações históricas da Resseguradora; - na avaliação da suficiência das provisões técnicas (IBNR e IBNeR) por meio de comparação das estimativas históricas com os valores efetivamente observados; e - na avaliação da necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura por meio da razoabilidade independente das premissas do TAP e da comparação do resultado dos fluxos de caixa calculados no TAP com os montantes totais das provisões técnicas registradas na data-base. <p>(iii) testes de precisão e integridade das bases de dados de sinistros avisados e pagos, utilizadas para mensuração das provisões, incluindo o confronto destas bases com as bases analíticas suporte aos registros contábeis;</p> <p>(iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, como valores dos sinistros, ramos de seguros, datas de registro, período de vigência, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suporte;</p> <p>(v) movimentação dos saldos contábeis da provisão de sinistros a liquidar (PSL) com os respectivos registros oficiais ou bases analíticas de sinistros avisados e sinistros pagos do período.</p> <p>(vi) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.</p>

Mensuração dos prêmios estimados de contratos de resseguro

Veja as Notas nº 3.10.1 e 6d das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Resseguradora mantém registros de prêmios estimados decorrentes das operações de resseguro, cuja mensuração está fundamentada em estudo técnico.</p> <p>Para elaborar a estimativa de mensuração desses prêmios estimados, a Resseguradora utiliza-se de premissas de expectativa de emissões de prêmios de resseguro com base nos contratos de resseguro subscritos e nos prêmios de resseguro efetivos.</p> <p>Consideramos a avaliação da mensuração desses prêmios estimados como um principal assunto de auditoria dado o julgamento envolvido na determinação das premissas relevantes relacionadas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <p>(i) entendimento do desenho e implementação dos controles internos relacionados ao processo de subscrição de riscos, processo de conciliação das prestações de contas das operações de resseguro e processo de revisão do estudo de prêmios estimados;</p> <p>(ii) recálculo, com base em amostragem, do prêmio estimado considerando as informações constantes nos contratos de resseguro e conferência da exatidão matemática dos cálculos incluídos no estudo de prêmios estimados;</p> <p>(iii) testes, com base em amostragem, da precisão das bases de dados de prêmios de resseguros subscritos e efetivos, utilizadas no estudo de prêmios estimados, incluindo o confronto com as bases analíticas suporte aos registros contábeis;</p> <p>(iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas no estudo dos prêmios estimados, como valores dos prêmios subscritos e prêmios efetivos e datas de registro, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações; e</p> <p>(v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.</p>

Avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Veja as Notas nº 3.9 e 14.2 das demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto:
<p>A Resseguradora mantém créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, cuja realização está fundamentada em estudo técnico sobre prováveis lucros tributáveis futuros.</p> <p>Para elaborar a expectativa de realização desses créditos tributários, a Resseguradora utiliza-se de estimativas de rentabilidade futura elaboradas a partir dos planos de negócios e orçamentos preparados pela Administração, que envolvem julgamento na determinação de premissas econômicas e de crescimento dos negócios. Consideramos a avaliação de realização dos créditos tributários relacionados a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos e o julgamento envolvido na determinação de prováveis lucros tributáveis futuros.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <p>(i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo anual de elaboração, revisão e aprovação dos planos de negócio e orçamentos da Resseguradora e do estudo técnico de realização dos créditos tributários.</p> <p>(ii) envolvimento de nossos profissionais de finanças corporativas com conhecimento e experiência no setor que auxiliaram na:</p> <ul style="list-style-type: none"> - na avaliação das premissas de projeções econômicas e de crescimento dos negócios apresentados no estudo técnico de realização dos créditos tributários; e - na conferência da exatidão matemática dos cálculos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos tributários; <p>(iii) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Resseguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Resseguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Resseguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Resseguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Resseguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6 F SP

Érika Carvalho Ramos
Contadora - CRC 1SP224130/O-0

